






A CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA DE GÊNERO E CIDADANIA NA EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA PORTUGUESA

Construction of a public policy on gender and citizenship in portuguese children's education

Carolina Faria **ALVARENGA**
Departamento de Educação
Universidade Federal de Lavras
Lavras/MG, Brasil
carol_alvarenga@ufla.br
<https://orcid.org/0000-0002-7556-632X> 

Thuanny Aparecida **NOGUEIRA**
Departamento de Educação
Universidade Federal de Lavras
Lavras/MG, Brasil
thuunogueira@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-5573-5106> 

Maria João **CARDONA**
Escola Superior de Educação
Instituto Politécnico de Santarém
Santarém, Portugal
mjoao.cardona@ese.ipsantarem.pt
<https://orcid.org/0000-0002-0249-1267> 

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo 

RESUMO

Este trabalho é parte de uma pesquisa que teve como objetivo compreender as estratégias e os desafios no processo de construção do Guião de Educação – Gênero e cidadania – pré-escolar, um guião de cidadania e igualdade de gênero para a educação pré-escolar portuguesa. A partir de um olhar histórico, teve como suporte teórico os conceitos de configuração e relações de interdependência, de Norbert Elias; e gênero, de Joan Scott. A partir da abordagem metodológica do ciclo de políticas, de Stephen Ball, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com sete mulheres-professoras, que participaram do processo de construção do Guião. Partindo do pressuposto de que para a compreensão de uma política pública é necessário analisarmos tanto o contexto social, como a participação dos indivíduos, ressaltamos que a participação de cada uma dessas profissionais foi imprescindível para a solidificação dessa política, na articulação entre as políticas de Igualdade e as políticas de Educação.

PALAVRAS-CHAVE: Educação de Infância. Gênero. Guião. Portugal.

ABSTRACT

This work is part of a research that aimed to understand how strategies and challenges in the process of building the Education Guide – Gender and citizenship – preschool, a citizenship and gender equality guide for portuguese preschool education. From a historical perspective, it had as theoretical support the concepts of configuration and interdependence relations, by Norbert Elias; and gender, by Joan Scott. From the methodological approach of the policy cycle, by Stephen Ball do, semi-interviews were carried out with seven women-teachers, who participated in the process of building the Guide. Starting from the definition of a public policy is necessary to study the participation of all social contexts, we emphasize that the participation of each of these professionals was fundamental for the strengthening of this policy, between equality policies and education policies.

KEYWORDS: Childhood Education. Gender. Guião. Portugal.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é parte de uma pesquisa que teve como objetivo compreender as estratégias e os desafios no processo de construção do Guião de Educação – Gênero e cidadania – pré-escolar, um *guião* de cidadania e igualdade de gênero para a educação pré-escolar portuguesa. É fruto de uma parceria estabelecida entre as professoras doutoras Carolina Faria Alvarenga e Maria João Cardona. Teve início em 2017, na oportunidade de um estágio durante o processo de doutoramento¹ da professora Carolina junto à professora Maria João. Ambas as professoras são pesquisadoras da área da Educação da Infância em intersecção com as questões de gênero.

A pesquisa situa-se nos campos da Sociologia da Educação e Estudos de Gênero, a partir de um olhar histórico, tendo como suporte teórico os conceitos de configuração e relações de interdependência, do sociólogo alemão Norbert Elias (1994; 2008); e gênero, da historiadora feminista estadunidense Joan Scott (1995). Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, que, ao olhar para uma política de Educação de Infância, situa os diferentes contextos que compuseram os ciclos dessa política portuguesa, a partir do diálogo com a metodologia proposta pelo sociólogo inglês Stephen Ball (1993; 1994).

Trabalhar as questões de gênero em uma perspectiva de educação para a cidadania desde a infância é cada vez mais uma preocupação e uma prioridade. A criança constrói o conhecimento de si e do outro desde a mais tenra idade, o que faz com que muito precocemente se aproprie de ideias estereotipadas que afetam todo o seu processo de desenvolvimento e aprendizagem. Intervir desde a educação de infância, é fundamental para apoiar a desconstrução de preconceitos e estereótipos (CARDONA et al, 2015).

Partimos do pressuposto que, ao longo dos anos, as crianças pequenas, em contato com a cultura adulta, vão incorporando as representações, símbolos, normas, valores e tradições em relação ao que é considerado feminino e masculino. Porém, elas também resistem e transgridem (FINCO, 2010). Defendemos, portanto, uma pedagogia das diferenças, “desde a primeiríssima infância em espaços coletivos na esfera pública convivendo com as diferenças” (FARIA, 2006, p. 287) para que as desigualdades possam ser superadas.

¹ Ver mais em Carolina Alvarenga (2020).

Importante mencionar que gênero, neste trabalho, aparece tanto como categoria de análise – configuração de gênero na construção da política portuguesa – como objeto de análise – um documento político cujo foco são as relações de gênero na educação da infância portuguesa. Como categoria analítica, tem como base a concepção de Joan Scott (1995) que coloca gênero como pergunta para compreender, historicamente, as relações desiguais entre os sexos. A historiadora feminista o define como algo que constitui e é constituído das relações sociais a partir das diferenças sexuais, cujos processos históricos de diferenciação sexual, permeados por relações de poder, as essencializam, hierarquizam e criam exclusões. Estão implicados nos processos de diferenciação social quatro elementos que se inter-relacionam: símbolos, normas, instituições sociais e identidades subjetivas.

Para Scott, ao relacionar gênero e poder, é possível pensar como a política constrói o gênero e como o gênero constrói a política. Para compreender como o poder foi legitimado ao longo da história, a política é um dos domínios que devemos pensar. E “se as significações de gênero e de poder se constroem reciprocamente, como é que as coisas mudam” (SCOTT, 1995, p. 92). São os processos políticos a alimentarem as mudanças históricas – “político no sentido de que atores diferentes e significados diferentes lutam entre si para assegurar o controle” (SCOTT, 1995, p. 92).

Para Elias (2008), ao pensar nas relações de interdependência entre indivíduo e sociedade, apresenta o conceito de configuração, entendida como um “entrançado flexível de tensões”, permeadas por relações de poder, e utilizada afrouxar o “constrangimento social de falarmos e pensarmos como se o ‘indivíduo’ e a ‘sociedade’ fossem antagônicos e diferentes” (ELIAS, 2008, 141). Para o autor, as tensões ou as relações de poder são o motor da história. Há um *continuum* sócio-histórico de permanentes mudanças e conservações no qual estão inseridos os indivíduos e as decisões individuais precisam ser sempre consideradas na rede social.

Logo, entender a configuração de gênero de uma política pública requer articular o contexto social, minado por jogos de poder, tensões e disputas, e os sujeitos que, de forma interdependente, participaram dela. É preciso conhecer quem são as pessoas envolvidas no processo. Durante o processo investigativo deste trabalho, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com sete profissionais envolvidas na construção dessa política pública portuguesa. As entrevistas aconteceram entre os meses de outubro de 2017 e fevereiro de 2018, transcritas, em parte, pela estudante do curso de Educação Social (Instituto Politécnico de Santarém), Paula Monteiro, e pela

estudante do curso de Pedagogia (Universidade Federal de Lavras), Thuanny Aparecida Nogueira², e revisadas pelas pesquisadoras.

Dessa forma, apresentamos cada uma das sete profissionais entrevistadas. Do ponto de vista ético da pesquisa, destacamos que o uso do nome verdadeiro das entrevistadas foi acordado com cada uma delas, a partir do pressuposto da importância em darmos visibilidade àquelas que participaram da construção de uma política pública tão urgente e necessária tanto no campo da Igualdade como da Educação.

QUEM SÃO AS MULHERES-PROFESSORAS RESPONSÁVEIS PELO GUIÃO EDUCAÇÃO – GÊNERO E CIDADANIA PRÉ-ESCOLAR?

O *Guião* Educação – Gênero e Cidadania Pré-escolar foi publicado em 2010 e reeditado em 2015, tendo sido reconhecido pela Comissão Europeia, em 2012, como exemplo de Boa Prática em Gênero e Educação. Insere-se em um projeto mais amplo, coordenado pela Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Gênero (CIG), em articulação com o Ministério da Educação de Portugal. Esse projeto teve como principal finalidade promover a construção de materiais para trabalhar as questões de gênero numa perspectiva de educação para a cidadania na educação pré-escolar e no ensino básico e secundário³, a partir de atividades de formação docente e projetos de pesquisa para o desenvolvimento desta temática.

A seguir, apresentaremos brevemente as sete profissionais entrevistadas que, de diferentes formas, fizeram parte do processo de construção do *Guião* e foram peças fundamentais nos jogos de poder estabelecidos na realização do documento. **Teresa Alvarez:** coordenou o projeto; **Maria João Cardona:** foi coordenadora e coautora dos *Guiões* Educação – Gênero e Cidadania Pré-escolar e 1º Ciclo; **Teresa Pinto:** coordenou um dos *guiões* e apoiou a concepção do projeto; **Teresa-Cláudia Tavares:** foi coautora de todos os *guiões* (do pré-escolar ao secundário); **Marta Uva:** foi coautora dos *guiões* do pré-escolar e do 1º ciclo; **Teresa Vasconcelos:** foi consultora científica dos *guiões* do pré-escolar e do 1º ciclo; **Elza Pais:** era secretária de Estado da Igualdade e presidente da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Gênero, na altura da construção dos *guiões*.

² Hoje graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Lavras e Bolsista CNPq processo 142835/2020-0 - Projeto Cidadania e igualdade de gênero na educação pré-escolar: estratégias e desafios na construção de uma política pública educacional portuguesa, sob coordenação da Profa. Dra. Carolina Faria Alvarenga e coordenação adjunta da Profa. Dra. Maria João Cardona.

³ Refere-se à pré-escola (pré-escolar), ao Ensino Fundamental (ensino básico – primeiro e segundo ciclos) e Ensino Médio (ensino secundário) nos termos do sistema educacional brasileiro. Destacamos que, ao longo do artigo, utilizaremos a nomenclatura utilizada em Portugal.

1) Maria Teresa Alvarez Nunes

Licenciada em História, mestre em Comunicação Educacional Multimédia e investigadora da Universidade Aberta. Trabalhou no ensino básico e secundário, na Direção Geral de Educação, e à época da entrevista exercia funções na Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, sendo responsável pela área da educação e formação docente, bem como pela articulação com centros de investigação e instituições de ensino superior, nomeadamente com a Rede Nacional Informal CoEducação, visando à produção e à divulgação do conhecimento em Género e Educação, a produção de materiais de apoio a profissionais de Educação e outros agentes educativos e a formação de profissionais de Educação. Foi coordenadora, com Teresa Pinto, dos *Guiões* de Educação Género e Cidadania (editados pela Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género entre 2010 e 2012), destinados à educação pré-escolar e ao ensino básico e coordenava a formação continuada de docentes, nacionalmente, em torno dos materiais produzidos desde 2011, com a Direção Geral da Educação e diversas instituições de ensino superior. Entrevista realizada no dia 9 de novembro de 2017, na Comissão para Cidadania e Igualdade de Género, Lisboa, Portugal.

2) Maria João Cardona

Educadora de infância, doutora em Ciências da Educação, com mestrado na mesma área e licenciada em Psicologia. É docente da Escola Superior de Educação, do Instituto Politécnico de Santarém, responsável por publicações e projetos diversos na área da educação e formação docente, dos quais se destaca o projeto CoEducação, fundamental na origem e desenvolvimento do projeto dos *Guiões*. Entrevista realizada no dia 1 de fevereiro de 2018, na Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal.

3) Teresa Pinto

Formada em História e doutora em estudos sobre as mulheres. Tem prática de docência no ensino básico e secundário desde 1979, e, na época da construção do *Guião*, coordenava o Setor de Educação da Comissão para Igualdade, desde 1994, tendo sido a coordenadora do Projeto CoEducação. É docente na Universidade Aberta.

Entrevista realizada no dia 28 de outubro de 2017, na Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, Portugal.

4) Teresa Cláudia Tavares

Professora da Escola de Ensino Superior, do Instituto Politécnico de Santarém, formada em literatura portuguesa oitocentista e ativista da Amnistia Internacional. Investiga e ensina sobre teoria feminista, Direitos Humanos, literatura de autoria feminina, literatura portuguesa, cultura oitocentista portuguesa, literatura para crianças e técnica de animação de jovens e crianças. Entrevista realizada no dia 10 de novembro de 2017, na Biblioteca do Ministério de Educação em Lisboa, Portugal.

5) Marta Andreia de Sousa Jacinto Uva

Formada em Filosofia, especialista em Ciências da Educação/formação docente, mestre em Ciências da Educação/orientação da aprendizagem. Trabalha na formação docente na Escola Superior de Educação (ESE), do Instituto Politécnico de Santarém, desde 2007. Trabalha com as temáticas de ética e cidadania. Entrevista realizada no dia 27 de outubro de 2017, no Centro Cultural de Belém, Lisboa, Portugal.

6) Teresa Vasconcelos

Doutora em Ciências da Educação pela Universidade de Illinois em Urbana-Champaign, com especialização em educação pré-escolar e elementar. À época, era membro do Conselho Nacional de Educação. Foi educadora de infância, diretora Geral do Departamento de Educação Básica do Ministério da Educação e consultora no processo de construção dos *Guiões*. Entrevista realizada no dia 4 de janeiro de 2018, na residência da entrevistada, Lisboa, Portugal.

7) Elza Maria Henriques Deus Pais

Licenciada e mestre e doutoranda em Sociologia. É investigadora no Centro de Estudo Sociais (CES. Nova), da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa - FCSH-UNL. Exerceu os cargos de secretária de Estado da Igualdade no XVIII Governo Constitucional; presidente da Comissão para a

Cidadania e a Igualdade de Gênero na época da construção do *guião*; coordenadora da Estrutura de Missão contra a Violência Doméstica; coordenadora Nacional do Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos (2007); presidente do Instituto Português da Droga e da Toxicodependência; Alta Comissária do Projecto Vida; docente na Universidade Católica Portuguesa e no Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa. À época da entrevista, era deputada da Assembleia da República Portuguesa. Entrevista realizada no dia 13 de novembro de 2017, na Assembleia da República Portuguesa, Lisboa, Portugal.

A partir dos pressupostos de Elias (2008), de que tanto o contexto social, como a atuação dos indivíduos é importante para o entendimento da história, ao pensarmos na construção de uma política que articula Igualdade e Educação, em especial, na Educação de Infância em Portugal, ressaltamos que a participação de cada uma dessas profissionais foi imprescindível para a solidificação desta política, na articulação entre as políticas de Igualdade e de Educação. O trabalho dessas mulheres trouxe a intervenção da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Gênero na área de Educação como ferramenta importante para a igualdade de gênero.

A breve história que contaremos a seguir é uma história tecida a partir do olhar⁴ dessas mulheres-professoras, em articulação com documentos oficiais. Inspiradas na abordagem metodológica do ciclo de políticas (BALL, 1993), entrelaçamos o *contexto de influência* – social, político e cultural – aos contextos de *produção do texto* – processo de elaboração dos *guiões* – e da *estratégia política* – estratégias criadas no enfrentamento às desigualdades, por meio de perguntas críticas e não pela apresentação de soluções. Os contextos que não abordaremos de forma mais explícita serão o *contexto da prática* e o *contexto dos resultados* – impactos na formação e na prática docente, visto que o objetivo da pesquisa, por meio dos instrumentos metodológicos elaborados, não nos permitiu analisar como a política se manifestou na formação docente e nem no cotidiano das instituições educativas, sendo reinterpretada e recriada pelas educadoras, educadores e crianças.

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO GUIÃO DE EDUCAÇÃO – GÊNERO E CIDADANIA – PRÉ-ESCOLAR

⁴ As falas das professoras mantiveram a grafia de Portugal e foram destacadas em itálico para se diferenciarem de citações de textos.

A Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG) é um órgão nacional português, responsável pela promoção e defesa do princípio de igualdade entre mulheres e homens, procurando responder às significativas alterações sociais e políticas da sociedade no que diz respeito à cidadania e igualdade de género. Integrada à Presidência do Conselho de Ministros, é um serviço da administração direta do Estado, responsável pela execução das políticas públicas no âmbito da cidadania e da promoção e defesa da igualdade de género, sob tutela da secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade. A Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género substituiu a Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM), que por sua vez, sucedeu a Comissão da Condição Feminina (CCF).

A Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género tem como objetivo garantir a criação e execução das políticas públicas no âmbito da cidadania, da promoção e defesa da igualdade de género e do combate à violência doméstica e de género. Para tanto, apoiada em valores como igualdade e cidadania, vem trabalhando para eliminar a discriminação de género e construir uma sociedade plena em sua cidadania⁵.

Todas as professoras entrevistadas possuem relação com a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, seja a partir de cargos assumidos na Comissão, seja a partir de parcerias estabelecidas com o Ministério da Educação ou com instituições de Ensino Superior responsáveis pela formação de professoras e professores. As professoras entrevistadas, em especial, Teresa Alvarez e Teresa Pinto, ambas presidentes da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, reconhecem que a Comissão, desde seu início, sempre teve a Educação como área prioritária de intervenção.

A Educação é a única área que se manteve ao longo destes 42 anos de existência da Comissão como uma área a ser permanentemente objeto de intervenção, sendo que isso foi feito numa lógica de continuidade, avaliação e avanço, relativamente quer à avaliação feita, quer às mudanças do próprio sistema e da realidade dos grupos profissionais, que estão no terreno no sistema educativo. (Teresa Alvarez – Dados Entrevista no ano de 2017).

Essa perspectiva permitiu que a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género trabalhasse de forma a potencializar os ganhos educacionais de maneira evolutiva, ou seja, construir políticas públicas sob uma lógica de continuidade, potencializando os ganhos e percebendo as mudanças sociais ao longo dos anos.

⁵ <https://www.cig.gov.pt/area-a-cig/missao/>

Nos anos 80, a Comissão começou trabalhar com o Ministério da Educação, norteadada pela Lei de Bases do Sistema Educativo que vigorava na época. Naquele momento, houve um primeiro projeto – “Projeto Mudar as Atitudes” – sobre os estereótipos sexistas na prática docente e as escolhas escolares e profissionais de meninas e meninos. A seguir, nos anos 90, a Comissão reuniu aliados estratégicos para desenvolver a temática de gênero e integrar na Educação. Universidades e Escolas Superiores de Educação (dos Institutos Politécnicos) foram convidadas a participar em projetos voltados para a integração da temática da igualdade na Educação em seus vários níveis, desde a educação pré-escolar até o ensino secundário, por meio da formação docente.

No primeiro momento, estabeleceram-se relações com instituições que faziam formação continuada de docentes, nomeadamente Centros de Formação de Associações de Escolas, pertencentes ao Ministério da Educação. A partir disso, foram desenvolvidas ações que serviam de progressão na carreira dessas e desses docentes. Em seguida, essas ações se estenderam para a formação inicial docente e, com isso, a rede de parcerias com o Ensino Superior ampliou-se significativamente.

Na década de 1990, foram desenvolvidos projetos transnacionais, financiados por fundos comunitários: “Em Busca de uma Pedagogia para a Igualdade”, em 1995 e 1996, “Igualdade de Oportunidades e Formação Inicial de Docentes – IO- FID”, em 1997 e 1998 e o “Projeto CoEducação: do princípio ao desenvolvimento de uma prática”, entre 1998 e 2001.

O Projeto CoEducação articulou países do sul da Europa (Portugal, Espanha, Itália e França), que se reuniram com o objetivo de construir materiais para a formação inicial docente e para a integração das questões da igualdade no Ensino Superior. Diante disso, cada instituição envolvida no projeto escolheu um tema que considerava pertinente de se trabalhar e constituiu uma equipe para elaborar um material que fosse útil para todas as instituições. Destarte, como relatou Teresa Pinto, *“foram produzidos cerca de dez “caderninhos” diferentes. E no final, cada instituição tinha um conjunto de materiais úteis para introduzir na formação inicial de docentes”* **(Teresa Pinto - Dados Entrevista no ano de 2017)**.

Nos anos 2000, depois de todo esse percurso percorrido, com a formação de uma rede, ainda que informal, articulando profissionais da área da Educação e da Igualdade, surgiu a possibilidade de avançar com um projeto diferente, que respondesse às questões sentidas pelas e pelos profissionais da Educação, tais como: *“e agora, o que faço?”*. No Fórum Educação e Cidadania, organizado pelo Ministério da Educação e pelo

Conselho de Ministros, foi produzido um documento que sugeriu a organização de orientações para as e os docentes (Fórum Educação e Cidadania, 2008)⁶.

A Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género decidiu, assim, avançar com a construção de *guiões* para a igualdade e cidadania sob a perspectiva de género. Convidou docentes de instituições de Ensino Superior para trabalhar *guiões* que apoiassem a introdução das questões de género, numa perspectiva de educação para a cidadania. Diante disso, as professoras envolvidas no projeto se reuniram para refletir de que maneira poderiam avançar na discussão sobre a temática. Os primeiros *guiões* produzidos foram os do pré-escolar e do terceiro ciclo do ensino básico, pois o objetivo era atingir aqueles e aquelas que estavam começando, ou finalizando o ciclo: *“não era possível nem em termos de recursos humanos, nem em termos financeiros, avançar com os guiões para o pré-escolar, o primeiro ciclo, o segundo ciclo e o terceiro ciclo do ensino básico”* (**Teresa Pinto – Dados Entrevista no ano de 2017**).

Logo, a ideia inicial foi produzir material para o terceiro ciclo, com foco nas escolhas profissionais, visto que correspondia, naquela altura, ao final da educação obrigatória. Considerou-se também a educação pré-escolar por corresponder à primeira etapa do sistema educativo: *“já que há condições financeiras para isso, então, vamos aproveitar, porque não sabemos se vamos continuar a ter condições e, faz todo o sentido começarmos pelo início”* (**Tereza Alvarez – Dados Entrevista no ano de 2017**).

Até então, as outras políticas tinham sido destinadas ao ensino superior com a criação de materiais para a formação inicial de docentes. Com os *guiões*, o objetivo voltou-se para os docentes e as docentes da educação pré-escolar e do ensino básico, para um apoio ao cotidiano do seu trabalho com crianças e jovens. Elza Pais reconhece a importância da escolha de terem iniciado a construção dos *guiões* pela educação pré-escolar:

[...] se não agirmos em idades muito precoces na construção de valores, cidadania, igualdade, de respeito pelo outro e aceitação das diferenças, os nossos jovens nunca mais lá chegam. Depois quando chegarem a adolescentes, lá temos a violência no namoro, e quando chegarem a adultos, a violência doméstica para não dizer outros desrespeitos muito comuns dos direitos humanos. (**Elza Pais – Dados Entrevista no ano de 2017**).

⁶ Objectivos Estratégicos e Recomendações para um Plano de Acção de Educação e de Formação para a Cidadania https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2017/02/Obj_estrat_plano_educ_cidadania.pdf

Estrategicamente, foi importante terem iniciado pelo pré-escolar e terceiro ciclo, visto que depois conseguiram construir os *guiões* do segundo ciclo e do ensino secundário:

E depois foi fácil considerar-se que tinha que se preencher o que estava no meio, ou seja, do ponto de vista estratégico, acabou por resultar também numa "pressão" lógica que é: então, se nós temos para o pré e temos para o terceiro, como é que não temos para o primeiro e para o segundo? (Teresa Alvarez – Dados Entrevista no ano de 2017).

Ao pensarmos no *contexto da produção do texto*, é fundamental articularmos ao *contexto de influência* (BALL, 1993). Segundo Teresa Pinto, "a Comissão esteve sempre ligada à Presidência do Conselho de Ministros" (Teresa Pinto – Dados Entrevista no ano de 2017). Destaca também outro aspecto que favoreceu a construção de documentos para a Educação na temática da educação para a cidadania, na perspectiva de gênero:

Portugal foi sempre dos primeiros países a ratificar determinadas convenções internacionais por causa dessa dinâmica que as pessoas da Comissão que trabalhavam nas relações internacionais agilizavam muito. Algum documento era aprovado, era trazido para Portugal e era ratificado rapidamente para que pudesse ser operacionalizado. E de algum modo penso que esses procedimentos foram fatores facilitadores. (Teresa Pinto – Dados Entrevista no ano de 2017).

Dessa forma, todos os Planos Nacionais para a Igualdade de Gênero, Cidadania e Não Discriminação (2014-2017) – na época estavam no V - tiveram "*medidas ou de formação de profissionais da Educação ou/e de produção de materiais ou/e de integração no currículo da igualdade de género*" (Teresa Alvarez - Dados Entrevista no ano de 2017). Das medidas do V Plano, destacamos algumas relativas ao eixo 2.1. Educação, Ciência e Cultura:

14) Produzir materiais pedagógicos, em todos os suportes, promotores da igualdade de género e da cidadania: a) Elaborar o Guião de Educação, Género e Cidadania para o ensino secundário; b) Elaborar um Referencial de Educação para a Igualdade de Género; 15) Promover a divulgação e a aplicação dos materiais pedagógicos produzidos; 16) Integrar a temática da igualdade de género como um dos eixos estruturantes das orientações para a educação pré-escolar, ensino básico e secundário; 17) Incentivar a introdução da temática da igualdade de género na formação pedagógica inicial e contínua de profissionais de educação; 18) Integrar a dimensão da igualdade entre mulheres e homens na organização e funcionamento escolar (PORTUGAL, 2013, p. 6-7).

Com exceção da medida 14, letra a) que é responsabilidade da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Gênero, e a medida 15, que é corresponsabilidade da Direção Geral de Educação, do Ministério da Educação e Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Gênero, todas as outras medidas são postas no Plano como

responsabilidade do Ministério da Educação, tendo, na execução, o envolvimento da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, escolas, Universidades, Centros de Formação, Escolas Superiores de Educação.

Pensando na configuração de género da política, além da vinculação institucional da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género e a existência dos Planos Nacionais para a Igualdade de Género, Cidadania e Não Discriminação, Marta Uva destaca outros fatores os quais considera relevantes para se pensar na construção dessa política pública portuguesa: a força de políticas construídas anteriormente e a participação de mulheres-professoras que estiveram à frente desse processo.

Primeiro, o fato de já terem existido pequenos ensaios ou projetos que já tinham sido feitos no âmbito do Coeducação. [...] Outro fator que acho que pesou, foi a sensibilidade de pessoas da CIG que há muito tempo colaboram com as instituições, nomeadamente com a nossa escola, e que têm uma preocupação especial e um conhecimento do que se trabalha ao nível da educação formal nas práticas profissionais docentes. A professora Teresa Alvarez e Teresa Pinto foram eixos muito importantes no início no lançamento destes guiões, mas também na sua continuidade. (Marta Uva – Dados Entrevista no ano de 2017).

Teresa Pinto destacou que, para a Comissão, "era necessário ter parceiros e parceiras em todos os níveis da educação" (**Teresa Pinto – Dados Entrevista no ano de 2017**). No que diz respeito à educação pré-escolar, relata que uma das parcerias que se destaca é com a professora Maria João Cardona: "a professora Maria João é uma das primeiras, especificamente, a trabalhar nessa área em Portugal" (**Maria João Cardona – Dados Entrevista no ano de 2018**). Elza Pais, então presidente da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género à época da construção dos *guiões*, reitera a fala da professora Teresa Pinto: "Maria João Cardona foi uma pedra basilar de toda esta política" (**Elza Pais – Dados Entrevista no ano de 2017**).

Conforme destacou Teresa Alvarez, é válido destacar que, desde o início dos anos 90, a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género integra em seu quadro pelo menos uma pessoa que vem do sistema educativo, e, portanto, são pessoas que conhecem o sistema, pessoas que durante muito tempo exerceram a prática docente e conhecem, de fato, as necessidades da Educação. E isto possibilitou certa estabilidade no percurso feito pela Instituição na área educacional.

Além desses pontos destacados pelas professoras, a configuração estabelecida foi favorecida também pela ampliação das competências da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, em 2008. Logo, decidiu-se valorizar e dar prioridade à área da Cidadania e da Igualdade. Elza Pais relata que até aquele momento, o foco era apenas os direitos das mulheres: "a partir de 2008, no âmbito do alargamento das

competências da Comissão, decidimos valorizar e dar prioridade à área da Cidadania e da Igualdade” (**Elza Pais – Dados Entrevista no ano de 2017**). Logo, os primeiros *guiões* – pré-escolar e terceiro ciclo – foram os que prepararam o terreno para os outros, pois não existia um modelo, tudo foi planejado e construído pela equipe. Como relata Teresa Pinto: “Nós não tínhamos modelo nenhum. Foi tudo pensado de raiz. Para estabelecermos uma estrutura comum [...] e conseguimos” (**Teresa Pinto – Dados Entrevista no ano de 2017**). A professora relata o desafio de elaborar os materiais e reitera o princípio sobre o qual trabalharam:

*[...] sempre foi um ponto de honra que nós decidimos, nosso trio inicial [...] esses guiões têm que fazer com que as pessoas percebam claramente o que é que se pretende. E as pessoas até depois podem fazer atividades diferentes daquelas que nós propusemos [...]. Caso não tenham tempo, então nós apresentamos algumas sugestões de atividades. Ou seja, o principal do guião não são as atividades. O principal do guião é passar a mensagem do que é importante fazer. Depois, as pessoas, como profissionais da educação, podem fazer, mas, às vezes, construir materiais leva tempo. As pessoas não têm tempo. Então, fornecemos. Mas se as pessoas quiserem fazer outra coisa tudo bem. O que interessa é que tenham percebido a lógica do que é importante mexer, fazer ... nos vários níveis etários. (**Teresa Pinto – Dados Entrevista no ano de 2017**).*

Quando os *guiões* estavam sendo construídos, foram realizadas duas oficinas para testá-los: uma para testar o do pré-escolar, realizada em Santarém; outra para testar o do terceiro ciclo, realizada em Vila Franca de Xira. Segundo as professoras, essas oficinas foram uma maneira de receber um retorno dos e das profissionais que atuavam em sala, além de permitir a discussão e experimentação, possibilitaram fazer alterações, incluir orientações, fazer as adaptações necessárias. Ademais, nessas oficinas foram selecionadas situações positivas e negativas em que as questões de gênero estivessem envolvidas, além de boas práticas já existentes.

*No processo de construção do Guião, durante as oficinas, nós recolhemos situações, situações positivas e negativas, onde as questões de gênero estivessem envolvidas, recolhemos práticas já existentes, boas práticas ou práticas positivas já existentes (...) recolhemos dúvidas e questões inclusive muitas vezes mais questões epistemológicas sobre o assunto. (**Marta Uva – Dados Entrevista no ano de 2017**).*

Na realização das oficinas, professoras da Educação de Infância eram convidadas a discutir sobre situações, relatar episódios e práticas em que as questões de gênero estivessem envolvidas. Esses relatos foram compilados e transformados no *Guião*.

*O contributo dos profissionais e das profissionais no terreno, nas escolas e nos jardins-de-infância, escolas infantis, foi muito importante para a revisão final dos documentos, com sugestões muito práticas, muito concretas, “Façam assim, esta questão não vale a pena, etc.”, foi um processo também muito, muito interessante. (**Teresa Vasconcelos – Dados Entrevista no ano de 2018**).*

A partir das oficinas, pode-se destacar que o processo de construção do documento articulou o *contexto da produção do texto* com o *contexto da prática* (BALL, 1993). Ainda que não tenhamos observado as práticas pedagógicas de professoras e professores, nem mesmo refletido com elas e eles sobre esse processo formativo, ao selecionarem do *guião* uma proposta de atividade e a realizarem com as crianças, em seu cotidiano pedagógico, esse movimento de ir e vir, com devolutivas às coordenadoras do projeto, foi fundamental para a escrita da versão final do documento.

Nós queríamos que selecionassem nos guiões uma atividade e que depois, se quisessem, fizessem os ajustes necessários nesta atividade, para ela poder ser aplicada numa turma em que lecionassem, e que tentassem por assim dizer, melhorar a atividade, que refletissem sobre a atividade, no momento desta aplicação. **(Teresa Cláudia Tavares – Dados Entrevista no ano de 2017).**

Um dos cuidados que as autoras tiveram era de que tudo aquilo que estava sendo proposto não fosse tomado como decreto, como algo imutável. Como ressalta Maria João Cardona: *"todas as sugestões apresentadas são apenas exemplos, pontos de partida para novas propostas"* **(Maria João Cardona – Dados Entrevista no ano de 2018)**. O principal objetivo das oficinas e da própria proposta dos *guiões* era fazer com que as professoras e os professores realizassem um movimento de autoavaliação, no sentido de autodiagnóstico da prática, possibilitando a reflexão sobre aquilo que fazem e sobre o contexto no qual estão inseridas e inseridos. Como relata Marta Uva:

Uma primeira preocupação a que já me referi, era que tudo que propuséssemos não fossem descrições muito rigorosas, no sentido de "tem que ser assim, não pode ser de outra forma". A nossa lógica foi dar orientações, muito mais numa lógica de reflexão e de avaliação, de autodiagnóstico da prática, que ajudasse o profissional antes de tudo, a refletir sobre aquilo que faz, sobre seus contextos, sobre seus grupos, sobre as particularidades e especificidades de seus grupos. Que fosse algo que mexesse muito com a prática, daí estas oficinas. **(Marta Uva – Dados Entrevista no ano de 2017).**

Ao elaborar o *Guião*, as autoras buscaram explicitar os conceitos por meio de uma fundamentação teórica que utilizasse uma linguagem acessível, compreensível, que não fosse densa, e que mesmo sendo produzida pela academia, não fosse uma linguagem acadêmica. Este foi um elemento importante na construção dos materiais, como destaca Teresa Pinto: *"Isto foi um dos grandes desafios destes materiais, haver uma linguagem apetecível de ler e fácil de ler, explicitar o que é isto da socialização de gênero, e, portanto, haver aqui toda uma fundamentação teórica numa linguagem acessível"* **(Teresa Pinto – Dados Entrevista no ano de 2017)**.

No geral, os *guiões* possuem duas vertentes: a do conhecimento e a intervenção pedagógica. De um lado, conhecimento científico, de outro lado, a operacionalização da

igualdade de gênero, em educação, por meio de propostas pedagógicas: “Todos os guíões têm um capítulo que é comum: educação, gênero e cidadania na educação; depois todos têm uma parte teórica, todos têm atividades práticas; todos têm uma área de recursos, de indicação de recursos e bibliografia” (**Teresa Pinto – Dados Entrevista no ano de 2017**).

Quanto à sua estrutura, o *Guião* de Educação – Gênero e Cidadania Pré-Escolar parte do conhecimento científico na área da Igualdade de Gênero e Educação de Infância e avança em relação às formas de fazer, o como fazer, como trabalhar com as crianças de três a cinco anos no cotidiano do jardim de infância. Na primeira parte, as autoras fazem uma reflexão sobre os principais conceitos e fundamentos relacionados às questões de gênero e cidadania na educação. Na segunda parte, são apresentadas sugestões práticas, considerando a organização do ambiente educativo e trabalho com as famílias.

Nessa perspectiva, a educação para a cidadania é entendida como uma dimensão vertical e transversal ao currículo. Logo, entende-se que todas as professoras e todos os professores, em todos os anos, desde o pré-escolar até ao 12º ano, trabalhem a educação para a cidadania.

Havia temas sugeridos pelo Ministério da Educação, mas quer dizer, cada pessoa faz o que entender e, então, o que é que nós fizemos? Vamos produzir materiais que partam do currículo, que tenham em conta tudo, mas que se apresentem como materiais para dar resposta às necessidades de educação para a cidadania dos docentes e das docentes (**Teresa Alvarez – Dados Entrevista no ano de 2017**).

O objetivo dos materiais é transversalizar a temática de igualdade de gênero em todo o currículo, de maneira que as educadoras e os educadores de todos os ciclos possam trabalhar as propostas que são apresentadas, em qualquer contexto curricular. Sendo assim, os *guiões* foram elaborados considerando como o sistema educacional funciona, qual é a concepção de currículo, quais são as necessidades educativas. Sobre isso Teresa Alvarez destaca:

A estratégia dos guíões foi a de pegar em temas que são transversais, que podem ser trabalhados em qualquer disciplina e que podem ser trabalhados em conteúdos programáticos de várias disciplinas (...) naquilo que é transversal. Porque é importante que seja transversal e que possa ser aplicável, mas também é importante que isto possa ser trabalhado, especificamente, naquela que é a minha área. E os guíões dão resposta a isto. (**Teresa Alvarez – Dados Entrevista no ano de 2017**).

Segundo as professoras entrevistadas, em especial no *guião* da educação pré-escolar e no do 1º ciclo do ensino básico, na abordagem metodológica, privilegiou-se a

Filosofia para Crianças, metodologia que trabalha o desenvolvimento do pensamento crítico e é também muito útil como estratégia de debate e discussão: “a infância é a fase mais filosófica do ser humano. É na infância que conseguimos atingir a verdadeira profundidade do pensamento e do exercício filosófico” (CARDONA et al, 2015, p. 81). As autoras partiram do pressuposto que as questões de gênero e cidadania precisam sempre passar por uma fase de problematizações. As crianças partilham suas vivências e as professoras e professores as colocam em conversa umas com as outras, realizando um movimento que faça com que levem as aprendizagens para a vida prática. Sobre isso, Marta Uva ressalta:

Também pensamos muito nesta lógica de partir do já vivido pelas crianças, para a levar a partilhar situações [...] e depois ter a preocupação que levem para a sua vida, para os seus pares, para os seus colegas, que apliquem as aprendizagens e que efetivamente melhorem, desenvolvam a clareza, e que os estereótipos se vão desconstruindo. (Marta Uva – Dados Entrevista no ano de 2017).

Teresa Vasconcelos complementa, reiterando a importância de se criar conflitos cognitivos com as crianças, questionando situações:

No pré-escolar é muito importante criar conflitos cognitivos nas crianças, não é? Por que é que os rapazinhos não podem entrar na área da casa? Eu detesto chamar-lhe casinha, a área da casa, reproduzindo as situações ou provocando as situações familiares? Por que é que as meninas não podem ir brincar na área da garagem ou dos blocos? Quando se organizam as salas assim. É o ponto de partida para muitas boas discussões com as crianças. (Teresa Vasconcelos – Dados Entrevista no ano de 2018).

Ainda segundo a professora Teresa Vasconcelos, além de situações que emergem das relações entre crianças e adultos, o *Guião* traz propostas que podem ser intencionais, ou seja, projetos da própria educadora ou do próprio educador que permitem trabalhar de maneira objetiva algumas dimensões das questões de gênero.

Quando se trabalham as questões de gênero e cidadania na educação de infância há que ter em conta duas situações: a intervenção do/a educador/a perante situações que naturalmente surgem no quotidiano; » a intervenção intencional do/a educador/a através da realização de atividades previamente planeadas (CARDONA et al, 2015, p. 119).

Nesse sentido, a finalidade do *Guião* é incluir a dimensão de gênero nas práticas educativas, contribuindo no processo formativo de cada professora e professor, no sentido que de possam repensar suas próprias concepções e sua própria prática pedagógica.

Eu acho que as atividades que criamos lá nos guiões deixam essa possibilidade de crescimento individual, ou seja, por um lado são suficientemente orientadoras e são suficientemente estruturadas para as pessoas compreenderem bem quais são

os objetivos e, por outro lado, deixam a tal possibilidade de serem recriadas. **(Teresa Cláudia Tavares – Dados Entrevista no ano de 2017).**

*Trabalhar aquela temática em contexto profissional, no terreno, sempre com uma vertente prática, prática sem ser fechada, prática no sentido de ter em conta possíveis situações e possíveis linhas de ação, preocupações a ter em conta face àquela situação; depois como é que se responde a ela, cada pessoa responde no contexto que lhe é próprio e não é nunca na lógica do formato, não é nunca na lógica da luva, que é só aquela que só dá naquela mão. É sempre numa lógica prática, mas simultaneamente que seja aplicável a contextos específicos diferentes. **(Teresa Alvarez – Dados Entrevista no ano de 2017).***

Segundo as professoras, os materiais produzidos fogem da perspectiva da padronização e têm por objetivo provocar reflexões, de maneira que cada sujeito pense as propostas a partir do contexto em que está inserido. Pode-se dizer, então, da dimensão formativa que o *guião* possibilita, tão importante para que professoras e professores reconstruam não apenas suas práticas pedagógicas, mas também repensem suas próprias concepções de vida.

*E quando fazemos as formações, de repente, elas começam a tomar atenção (majoritariamente são elas), passam a perceber certas dimensões, questões, da forma como organizam o ambiente educativo, da forma como interagem com as crianças e com as famílias, vão se apercebendo que esta dimensão é um cuidado descuidado. Vemos muito nas avaliações esse tipo de afirmações: eu nunca me tinha dado conta, eu quando organizo o ambiente educativo, ou quando faço as filas e coloco um menino e uma menina [...]. É uma descoberta recente do ponto de vista do desenvolvimento profissional destes e destas educadoras de infância, que vão pondo os óculos para olhar para sua prática de outra maneira. Tem sido um trabalho muito interessante. **(Marta Uva – Dados Entrevista no ano de 2017).***

A partir da construção do documento, pensou-se apresentá-lo primeiramente às pessoas que iriam utilizá-lo, que eram as e os docentes. Sendo assim, o Ministério da Educação criou uma série de ações de formação, cujas formadoras seriam as pessoas que fizeram parte da equipe de construção do documento. Essas ações de formação foram direcionadas às escolas que podiam candidatar-se e ter ações de formação sobre gênero e cidadania.

Conforme exposto anteriormente, os *Guiões* são ferramentas de apoio para profissionais da educação. O seu objetivo é a integração de gênero e igualdade na educação e a formação de professores e professoras críticas e reflexivas, capazes de produzir ideias e práticas que levem em consideração seu contexto e que coloque a instituição educativa como âmbito dinâmico: Logo quando saiu a edição em papel, nós recebemos muitos e distribuimos pelas educadoras de infância que tinham colaborado na oficina, e distribuimos pelas alunas dos cursos e fomos distribuindo pelos

profissionais com quem trabalhamos. (**Marta Uva – Dados Entrevista no ano de 2017**).

Após a disseminação dos *guiões*, a equipe autora visitou as instituições educativas e escutou as professoras e os professores. Essas e esses profissionais deram contribuições muito importantes para o processo de revisão final do documento, sugestões práticas e concretas que enriqueceram ainda mais o material.

Foi também realizada uma sessão de lançamento a partir das várias instituições envolvidas: a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, as instituições de ensino superior e o Ministério da Educação. Enviaram-se os *guiões* às bibliotecas escolares. Junto à divulgação, ações de formação que foram realizadas em centros de formação e instituições de ensino superior. A Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género elaborou, por meio de financiamento de fundos europeus, um sistema de ações de formação, realizadas em várias instituições de ensino superior no país e que envolveram centenas de pessoas: "*E eles [os guiões] são lançados nas escolas, e continua a ser feita uma ampla formação docente nestas áreas para apoiar as pessoas no desenvolvimento da aplicação dos guiões*" (**Teresa Alvarez – Dados Entrevista no ano de 2017**).

Toda logística de formação foi organizada pela Direção Geral de Educação, que contactava os agrupamentos de escolas em cada região. Cada equipe trabalhou com grupos de escolas em distritos diferentes do país. Ao final, realizou-se um seminário, para que cada grupo relatasse sua experiência.

INTEGRAÇÃO DOS GUIÕES NA POLÍTICA EDUCATIVA: DESAFIOS, TENSÕES E CONQUISTAS

A construção de uma política pública é sempre processo e resultado, permeados por intenções e disputas (BALL, 1993). Logo, a história aqui contada sobre o processo de construção do guião pré-escolar foi também permeada por tensões e relações de poder.

Construir uma política de Igualdade e de Educação, que articule dois órgãos governamentais diferentes, é um desafio. E esse desafio foi trazido pelas entrevistadas ao apontarem a relação da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género e do Ministério da Educação, em especial a Direção Geral da Educação.

Todos os guiões precisaram ser validados pelo Ministério da Educação. Do ponto de vista do conteúdo dos materiais, o *guião* pré-escolar recebeu algumas sugestões de

alterações e o processo foi tranquilo, sem grandes tensões. As professoras entendem que, pelo fato de as autoras terem feito propostas que dialogavam com as orientações curriculares, não houve resistência por parte da Direção Geral da Educação.

Como as nossas orientações curriculares são mais amplas, agora já são outras, mas vêm na mesma lógica das primeiras e são muito bem feitas. São realmente orientações, acho que foi mais fácil de validar, mas acho que tensões há sempre. Às vezes há também um tipo de preocupação, porque havia discursos que não concordavam muito, ou algum tipo de prioridades (Marta Uva – Dados Entrevista no ano de 2017).

Além disso, Teresa Alvarez aponta que a participação das professoras Maria João Cardona, como coordenadora e autora do *guião*, e Teresa Vasconcelos, como consultora do *guião*, compõe o conjunto de elementos que facilitaram o diálogo com a Direção Geral da Educação:

a professora Maria João Cardona é especialista da DGE para a área do pré-escolar, ou seja, é uma das pessoas que a DGE contacta como especialista na área da educação de infância, para olhar para as orientações curriculares. [...] a professora Teresa Vasconcelos, é uma especialista em educação de infância, nacional, e que tinha sido Diretora Geral e, portanto, o guião estava validado, do ponto de vista externo, pela consultora externa especialista em educação de infância. (Teresa Alvarez – Dados Entrevista no ano de 2017).

No entanto, conforme se vai avançando nas etapas da Educação, as tensões aumentam. Teresa Alvarez relata, brevemente, algumas tensões no processo de construção do *guião* do ensino secundário para dizer da dificuldade de articulação das políticas educativas e das políticas de igualdade. Destaca as relações de poder e de disputa na construção do currículo: "*porque isto mexe nos alicerces do sistema que é o conhecimento, o conhecimento escolhido para ser ensinado, e isto é alicerce, isto é estruturante, escolhe-se este e não se escolhe aquele*" (Teresa Alvarez – Dados Entrevista no ano de 2017). A professora acrescenta:

Os organismos do Ministério da Educação, que tutelam diretamente as escolas são extremamente resistentes às questões da igualdade de género. A igualdade de género entra, desde que não mexa nos alicerces do sistema, portanto, entra na educação para a cidadania porque não mexe nos alicerces do sistema. [...] Toda a lógica da DGE é uma lógica masculina, toda a legislação que sai da DGE é uma legislação no masculino. A comunicação, o discurso: os professores, os alunos, o diretor da escola. É um organismo profundamente androcêntrico, na sua comunicação, na sua conceção, mesmo o currículo. (Teresa Alvarez – Dados Entrevista no ano de 2017).

Teresa Alvarez reflete como essa lógica masculina e androcêntrica tem recaído também sobre o currículo, ao longo da história de Portugal:

A evolução que nós tivemos no currículo em Portugal, ao longo dos anos, foi sendo gradualmente um currículo que foi excluindo as dimensões mais humanas e mais

manuais, para passar a incluir, para passar a se centrar apenas em dimensões do saber para o desempenho profissional, económico e tecnológico. [...] Os saberes da "esfera feminina" estão cada vez mais fora do currículo, para estarem apenas no currículo a valorização dos saberes "masculinos" ou da "esfera masculina", sendo que as raparigas se apropriam, ainda bem que o fazem, desses saberes, mas não temos o contrário. (Teresa Alvarez – Dados Entrevista no ano de 2017).

A professora ressalta como as prioridades do currículo são reflexo das concepções de educação e gênero:

A cidadania é uma área de intervenção pública, decorre de uma área considerada masculina, que é importante para toda a gente e para as raparigas. E onde é que está a esfera do cuidado? A esfera do cuidado não existe no currículo. A autonomia individual, que passa pelas competências ligadas ao cuidado, desapareceu completamente do currículo e isto era importante para os rapazes. Está completamente ausente [...]. Este é um desafio que nós temos, que trabalhar com a Direção Geral de Educação para conseguir penetrar nesta cultura e mostrar como é que determinadas decisões têm efeitos de generização não desejáveis e, que inclusivamente, contrariam os objetivos educativos de maior liberdade (Teresa Alvarez – Dados Entrevista no ano de 2017).

Em meio a essas tensões, Teresa Vasconcelos reconhece o avanço nas políticas de educação e igualdade, mas lamenta que o projeto dos *guiões* não tenha sido um projeto do Ministério da Educação, "sem desfavor da CIG, porque se não fosse a CIG não existia, [lamenta] que não tinha sido emanado [pelo Ministério da Educação] ou que fosse a CIG com o Ministério da Educação. Não foi porque não é uma prioridade, percebe?" (Teresa Vasconcelos – Dados Entrevista no ano de 2018).

Entretanto, pelos relatos das professoras entrevistadas, é possível afirmar que a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Gênero, ao longo do tempo, consolidou parcerias com o Ministério da Educação que decidiu integrar e contemplar na área da educação para a cidadania, a qual, apesar de ser considerada uma dimensão curricular, não dispunha de conteúdo, em especial no primeiro, segundo e terceiro ciclos. Em 2017, a primeira política de igualdade construída pelo Ministério da Educação estava sendo construída, nomeada Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania⁷: "é a primeira vez, estamos em 2017, a Revolução Portuguesa foi em 74 e, portanto, é o primeiro passo, explícito de política educativa" (Teresa Alvarez – Dados Entrevista no ano de 2017). A professora destaca que o projeto:

[...] está no âmbito da política educativa e da igualdade, porque a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania nasce da vontade política de dois membros do Governo: o secretário de Estado da Educação e a secretária de Estado da Cidadania, que é também da Igualdade. (Teresa Alvarez – Dados Entrevista no ano de 2017).

⁷ Destacamos que essa política não será analisada neste trabalho, pois na época da realização das entrevistas ela ainda estava em fase de construção.

Marta Uva acredita que essa política será muito importante para o fortalecimento das questões de gênero na Educação: *"essa estratégia nacional vai trazer grandes mudanças, na minha ótica, muito positivas para a Educação. A educação para a cidadania passa a ser uma disciplina, uma área disciplinar obrigatória no ensino básico e secundário"* (**Marta Uva – Dados Entrevista no ano de 2017**). A professora acrescenta que a proposta prevê:

[...] temas de primeiro nível, segundo e terceiro. Sendo que os de primeiro nível são temas obrigatórios, que todos têm que trabalhar. Os de segundo nível são obrigatórios, mas cada escola pode escolher e os de terceiro nível são opcionais. [...] Dentro destes temas de primeiro nível, o gênero e a igualdade de gênero é um tema obrigatório. Foi uma grande conquista. (Marta Uva – Dados Entrevista no ano de 2017).

Teresa Vasconcelos reitera a importância dessa nova política, acrescentando que muito já se fazia nas escolas, mas com uma abordagem que não focava as questões de gênero. Segundo ela, a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania será:

[...] salto qualitativo muito importante e foi desenvolvida agora, muito recentemente. Já havia muita coisa sobre educação para a cidadania e muito trabalho também já feito nas escolas, mas muito mais em torno da declaração dos direitos humanos, compreende? Não era tanto sobre as questões de gênero. (Teresa Vasconcelos – Dados Entrevista no ano de 2018).

Considerando que, à época da pesquisa, essa política ainda não estava implementada nas escolas, as professoras avaliaram a política dos *guiões*, em especial, o da educação pré-escolar. Todas elas dizem que muito se avançou, conseguiram realizar formações com professoras e professores.

É muito importante ser acompanhado por formação; mas uma formação em contexto, contextualizada. Por exemplo, a formação que correu melhor foi aquela que nós fizemos com os cooperantes que trabalham conosco; essa foi a que correu melhor, porque tinha uma continuidade. Isso é uma preocupação que tivemos na construção dos Guiões. E acho que só assim é que funciona e que faz sentido para os professores e professoras que estão conosco. (Maria João Cardona – Dados Entrevista no ano de 2018).

Mara Uva destaca a importância dos *guiões* e da parceria com o Ministério da Educação, ainda que tenha sido uma política da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Gênero.

Eu acho que os guiões foram de fato um marco importante para a prática profissional, e concretamente para prática na educação de infância. Marcaram. Foram e ainda são inovadores, foram no fundo o primeiro e único referencial, material de referência pra trabalhar e dar algumas orientações e contribuições para uma educação para igualdade de gênero em Portugal. E acho, que isso foi reconhecido por todos os envolvidos, até pela própria Direção Geral da Educação

quando os valida e toma a seu cargo para prestar auxílio na formação e disseminação destes guiões [...] ainda hoje, são referidos, são falados em múltiplas situações. (Marta Uva – Dados Entrevista no ano de 2017).

Ao falar do ciclo de políticas públicas, Ball (1993) fala do desafio que é traduzir a política em prática. Como esses textos chegarão ao contexto da prática exige interpretação e criatividade. É preciso analisar a relação entre as possibilidades de agência – dos sujeitos que estão nas escolas – e as restrições – pelo contexto macro e micro. Estratégias precisam ser criadas. A formação docente – inicial e continuada – é uma delas. Outra, destacada por Teresa Vasconcelos, no nível da macro política, é que as políticas de igualdade sejam articuladas em toda a política de Estado, em todos os Ministérios, e não apenas no Ministério da Educação, como a política dos *guiões*.

Começamos pelo Governo, pela Presidência da República, mas depois vamos ver o que é que, nos quadros intermédios da Administração, que têm um poder imenso, os diretores gerais têm muito poder, o que é que está a ser feito a esse nível? Como é que, por exemplo, um ministro que tenha o pelouro do exército, trabalha as questões de género? E por aí fora. [...] As políticas das famílias têm que vir impregnadas dessa matéria, até chegarmos às crianças e jovens (...) nós criamos, pusemos os andaimes, em Portugal, mas o edifício ainda está por construir, ou ainda está muito nos alicerces. (Teresa Vasconcelos – Dados Entrevista no ano de 2018).

Elza Pais reitera a importância do trabalho a ser feito nas escolas, em especial pelo contexto em que crianças e jovens vivem: pela falta de debate do tema nas famílias e na sociedade em geral, em especial pelo acesso às mídias eletrônicas, o que reflete a ausência de políticas públicas intersetoriais.

Andamos sempre na formação de professores, na formação de professores e nunca mais chegamos aos alunos! E isto não pode ser! Porque os nossos jovens têm que adquirir estas competências de cidadania. Porque, muitas das vezes, na família não as adquirem. Nem na educação social, porque temos uma educação social muito conservadora e muito pouco atenta aos direitos. [...] Não quer dizer que todas as famílias tenham esses padrões, mas a grande maioria tem. E, portanto, tem que ser a escola a contrariar isto. E mesmo contrariando, vai esbarrar com a educação social, levada a cabo pelas famílias e pelos mass media e tudo o resto. Mesmo tendo um papel ativo na educação para os direitos há dificuldades. Se não começarmos rapidamente nunca mais lá chegamos. Eu acho que tem que se chegar aos alunos com a máxima urgência possível. (Elza Pais – Dados Entrevista no ano de 2017).

Outro ponto destacado foi a dimensão participativa do processo de construção dos *guiões*, o que trouxe a possibilidade de envolvimento das professoras e professores, por meio das formações continuadas. Teresa Pinto ressalta que, muitas vezes, quando a política é autoritária e chega às escolas para ser cumprida muitas resistências são criadas.

Eu avalio um caminho muito positivo, que é lento sim. Às vezes a lentidão tem uma vantagem. As coisas vão se emendando também. E, sobretudo, como foi algo que primeiro veio mais de baixo e só depois se consegue que o Ministério vá validando, ou seja, não vem de cima, do Ministério. E isto é muito importante. Não é imposto às pessoas porque as pessoas vão fazendo, vem de baixo, vem de quem sente a necessidade. [...] Quer dizer, ter um tempo para a aprendizagem, depois ter um tempo para pensar como é que vão fazer e então poderem projetar a sua atividade e realizá-la. Portanto, as coisas levam algum tempo. Eu faço um balanço muito positivo, quer dizer, comparando com o que nós temos agora e do que tínhamos há trinta anos atrás não tem nenhuma comparação. (Teresa Pinto – Dados Entrevista no ano de 2017).

Ao destacar a dimensão do tempo, necessário para a reconstrução dos saberes, recorreremos ao conceito de experiência Jorge Larrosa (2002), entendido como algo que nos passa, nos acontece e não algo que se passa, que acontece. É preciso “parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes [...] aprender a lentidão, escutar os outros” (LARROSA, 2022, p. 24). Portanto, quando pensamos no processo de formação nas temáticas de gênero, essa lentidão, que traz amadurecimento, é imprescindível. Fato esse que reforça, cada vez mais, a importância de políticas públicas de gênero e educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, trouxemos desafios na construção de uma política pública de gênero na Educação de Infância portuguesa. Pelo olhar de mulheres-professoras, destacamos aspectos da história do processo de construção do documento político – *Guião* de Educação – Gênero e Cidadania Pré-Escolar. Apresentamos a importância de se ter um órgão institucional, como a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Gênero, no caso português, que articule políticas de igualdade com todas as outras instâncias do governo, em especial, a Educação. Ainda, ressaltamos a urgência de não apenas se ter políticas que articulem Igualdade e Educação, construídas conjuntamente entre Ministério da Educação e Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Gênero, como todas as outras políticas emanadas pelo Ministério da Educação ter uma perspectiva de gênero, começando pela linguagem e passando pelo currículo.

A construção do *Guião* foi pensada como parte desse desafio de se trabalhar pela igualdade de gênero. O *Guião* surge como material de apoio para professoras e professores, buscando integrar as questões de gênero nas reflexões sobre uma educação para a cidadania, uma educação que toma a criança como agente do seu próprio

desenvolvimento, pois só a partir da reflexão e do questionamento de atitudes e ideias é possível desconstruir os estereótipos.

Queiramos ou não, as questões de gênero são inseridas nas instituições educativas pelas próprias crianças. No entanto, o que se percebe é que a abordagem desta temática acaba sendo desvalorizada ou ignorada, sobretudo por se tratar de questões que ainda são consideradas tabu. Dessa forma, a formação docente, tanto inicial como continuada, é aspecto fundamental para que se problematizem situações espontâneas trazidas pelas crianças, assim como se organize, intencionalmente, o trabalho pedagógico (espaços, tempos e materiais) para que suscite a reflexão sobre gênero com as crianças, desconstruindo estereótipos e trabalhando no enfrentamento das desigualdades.

REFERÊNCIAS

BALL, Stephen J. What is policy? Texts, trajectories and a toolboxes. **Discourse: Studies in the Cultural Politics of Education**, vol 13, n. 2, p. 10-17, 1993.

BALL, Stephen J. **Educational reform: a critical and post-structural approach**. Buckingham: Open University, 1994.

CARDONA, Maria João et al. **Guião de Educação, gênero e cidadania**. – Pré-escolar. Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, Lisboa, 2015.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos indivíduos**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ELIAS, Norbert. **Introdução à Sociologia**. Lisboa. Edições 70, 2008.

FARIA, Ana Lúcia Goulart. Pequena infância, educação e gênero: subsídios para um estado da arte. **Cadernos Pagu**, v. 26, p. 279-288, 2006.

FINCO, Daniela. **Educação infantil, espaços de confronto e convívio com as diferenças**: análise das interações entre professoras e meninas e meninos que transgridem as fronteiras de gênero. 2010. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2010.

LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**. Campinas, n.19, jan/abr, p.20-29, 2002.

PORTUGAL. Resolução do Conselho de Ministros nº 103/2013. **V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não Discriminação -2014 - 2017**. Diário da República, 1ª série, nº 253, dez. 2013.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, p. 71-99, jul./dez., 1995.

NOTAS


TÍTULO DA OBRA

A CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA DE GÊNERO E CIDADANIA NA EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA PORTUGUESA

Construction of a public policy on gender and citizenship in portuguese children's education


Carolina Faria Alvarenga

Doutorado em Educação
Professora Adjunta 3
Universidade Federal de Lavras
Departamento de Educação
Lavras/MG, Brasil
carol_alvarenga@ufla.br

 <https://orcid.org/0000-0002-7556-632X>


Thuanny Aparecida Nogueira

Graduação em Pedagogia
Universidade Federal de Lavras
Departamento de Educação
Lavras/MG, Brasil
thuunoqueira@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-5573-5106>

Maria João Cardona

Doutorado em Ciências da Educação
Professora Coordenadora
Escola Superior de Educação
Instituto Politécnico de Santarém
Santarém, Portugal
mjoao.cardona@ese.ipsantarem.pt

 <https://orcid.org/0000-0002-0249-1267>

ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA DA PRINCIPAL AUTORA

Carolina Faria Alvarenga. Universidade Federal de Lavras – Departamento de Educação – Campus Universitário – Lavras/MG, Brasil 3037

AGRADECIMENTOS

Não se aplica.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: C. F. Alvarenga, M. J. Cardona, T. A. Nogueira

Coleta de dados: C. F. Alvarenga, M. J. Cardona

Análise de dados: C. F. Alvarenga, M. J. Cardona, T. A. Nogueira

Discussão dos resultados: C. F. Alvarenga, M. J. Cardona, T. A. Nogueira

Revisão e aprovação: C. F. Alvarenga, M. J. Cardona, T. A. Nogueira

CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

O conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo não está disponível publicamente.

FINANCIAMENTO

O projeto não teve financiamento. Contou com uma bolsista PIBIC/CNPQ, por meio do EDITAL PRP/UFLA 05/2020 - PIBIC/CNPQ (01/09/2020 a 31/08/2021). Processo 142835/2020-0. Projeto de pesquisa registrado na UFLA por meio do número: PVDED142-2020, intitulado Cidadania e igualdade de gênero na educação pré-escolar: estratégias e desafios na construção de uma política pública educacional portuguesa.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não teve aprovação do Comitê de Ética, pois na época da coleta dos dados, a autora principal estava vinculada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, realizando o doutorado. Nessa

Faculdade, não se exigia a aprovação no comitê de ética, desde que se assumissem os princípios éticos na pesquisa.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO – uso exclusivo da revista

As autoras cedem à **Zero-a-Seis** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. As **autoras** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER – uso exclusivo da revista

Universidade Federal de Santa Catarina. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação na Pequena Infância - NUPEIN/CED/UFSC. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES – uso exclusivo da revista

Márcia Buss-Simão.

HISTÓRICO – uso exclusivo da revista

Recebido em: 13-05-2022 – Aprovado em: 10-10-2022